

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Divisão de Acompanhamento

Instituidor: FRANCISCO VANSUELIGTON VIDAL LIMA
CPF: 308.428.591-87 - **Matrícula:** 1937367
Tipo de Ato: PENSÃO CIVIL - **Processo:** 50000686/2014
Cargo: Agente de Atividades Penitenciárias - Classe Terceira - Padrão IV
Número do Ato: 011786-5
Órgão de Origem: Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS)

Senhor Diretor,

A legalidade – para fins de registro – do ato de pensão civil instituído pelo servidor nominado é submetida a análise.

Compulsando-se a manifestação da Controladoria-Geral do DF, verifica-se que essa já se pronunciou – previamente – por reputar legal a pensão civil em comento.

O Órgão não trouxe à baila máculas capazes de obstar a concessão ora em foco, exceção feita ao narrado a seguir:

"(...)Todavia, ressaltamos que faltou incluir no ato de concessão os artigos 29, inciso II, 30 B, e 51 da Lei Complementar nº 769/2008, alterada pela Lei Complementar nº 840/2011, e informamos que na Aba - Dados da Concessão - faltou corrigir o Fundamento Legal do Ato para Cód. ID. 472 (...)"

Citado Órgão menciona a adoção de procedimento análogo ao exercido pelo TCDF (Decisão nº 77/07 do Processo nº 24.185/07), quanto ao exame das parcelas do título pensional, em convergência com a Deliberação nº 6284/14.

Não há registro, junto à aba Acumulação de Cargo, de outro vínculo do inativo ou dos beneficiários com o serviço público.

Exsurge o fato que o óbito do instituidor ocorreu na atividade em 22/06/2014, i.e, em data posterior à edição da LC nº 818/09 (a qual entrou em vigor em 18/11/09), e acrescentou o inciso IV ao art. 12 da LC nº 769/08), e posterior à entrada em vigor – 01/01/12 – da LC nº 840/11 (a qual deixou de aplicar no DF a Lei nº 8.112/90).

Excerto do ato concessório é colacionado a seguir, conforme publicado em DODF de 08.07.2014:

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe confere o artigo 1º, inciso I, item “g”, da Portaria nº 110 de 06 de dezembro de 2002, RESOLVE: CONCEDER, nos termos do artigo 30-A, inciso I, alínea “a”, inciso II, alínea “a” da Lei Complementar nº 769 de 30.06.2008, c.c. o artigo 40, §§7º, inciso II, e 8º da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Lei Complementar nº 840 de 23.12.2011, pensão vitalícia a NILVA PORTUGUEZ DE ASSUNÇÃO VIDAL, viúva, e temporária a SAMUEL PORTUGUEZ VIDAL, filho do ex-servidor FRANCISCO VANSUELINGTON VIDAL LIMA, matrícula 193.736-7, Agente de Atividades Penitenciárias, 3ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 22.06.2014. Processo nº 050.000686/2014.

À aba “Dados da Concessão”, comparece o fundamento:

Artigo 40, §§7º, inciso II, e 8º, da CRFB, na redação da Emenda Constitucional nº 41/03, combinado com o art. 221, inciso I, da Lei nº 8.112/90 - Pensão provisória por morte presumida de servidor ativo que NÃO reunia os requisitos estabelecidos no art. 3º da EC 47/05, declarado ausente mediante decisão judicial. Cálculo pelo valor da última remuneração, com glosa de 30% do valor excedente ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência. Sem paridade com o serviço ativo. (546)

O ID 472 corresponde ao fundamento:

Artigo 40, §§7º, inciso II, e 8º, da CRFB, na redação da Emenda Constitucional nº 41/03, combinado com os artigos 29, inciso II, 30-B e 51 da Lei Complementar nº 769/08. Pensão civil na vigência da LC nº 769/08, alterada pela LC nº 840/11, instituída por servidor falecido na atividade que NÃO reunia os requisitos estabelecidos no art. 3º da EC nº 47/05. Cálculo pelo valor da última remuneração, com glosa de 30% do valor excedente ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência. Sem paridade com o serviço ativo.

Pela exposição efetuada, propõe-se a remessa do ato eletrônico, em diligência plenária, ao órgão de origem, para que esse, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências:

I – retificar, no ato concessório publicado no DODF de 08.07.2014, o fundamento legal de forma a incluir os artigos 29, inciso II, 30 B, e 51 da Lei Complementar nº 769/2008,

alterada pela Lei Complementar nº 840/2011, com a manutenção dos demais termos;

II- no sistema SIRAC/Concessões, à aba “Dados da Concessão”:

II.a – alterar o fundamento legal da concessão, selecionando o ID 472 – “Artigo 40, §§7º, inciso II, e 8º, da CRFB, na redação da Emenda Constitucional nº 41/03, combinado com os artigos 29, inciso II, 30-B e 51 da Lei Complementar nº 769/08. Pensão civil na vigência da LC nº 769/08, alterada pela LC nº 840/11, instituída por servidor falecido na atividade que NÃO reunia os requisitos estabelecidos no art. 3º da EC nº 47/05. Cálculo pelo valor da última remuneração, com glosa de 30% do valor excedente ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência. Sem paridade com o serviço ativo.”;

II.b – informar o ato retificatório, consoante item I, supra.

À consideração superior.

Brasília, 05 de Setembro de 2018

SIDNEY AURÉLIO KENDJI ARAE - Mat. nº 4162

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 14:20:36 - 26/10/2018